

Campo. Ação do governo federal ocorre após homicídio de quatro líderes extrativistas no Pará e em Rondônia nos últimos dias; em lista oficial da Comissão da Pastoral da Terra entregue à Secretaria de Direitos Humanos constam 1.855 nomes, sendo que 42 já foram assassinados

União anuncia proteção a 30 ameaçados de morte por conflito agrário no Norte

FOTOS: PAULO LIEBERT/AE



Fogo. Fiscais do Ibama são surpreendidos por incêndio em casas no assentamento Praiaalta-Piranheira, na cidade paraense de Nova Ipixuna: polícia não havia sido notificada sobre queimadas

Lígia Formenti | BRASÍLIA

Um dia depois de anunciar medidas burocráticas para deter a escalada de violência no campo, o governo decidiu dar prioridade à segurança de 30 agricultores e ambientalistas, que integram uma lista de 1.813 pessoas ameaçadas por madeireiros. A seleção, composta por pessoas que já foram vítimas de atentados no Pará, será o ponto de partida das ações deflagradas pelo governo para tentar conter a escalada de violência que se instalou na região amazônica desde a última semana.

No início da tarde de ontem, um grupo destacado pelos Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário e pelas Secretarias Especiais da Presidência e de Direitos Humanos iniciou a discussão da estratégia que será adotada para proteger o grupo.

Além do envio de homens para proteger pessoas 24 horas por

dia, é cogitada a possibilidade de transferência de alguns nomes da lista. Considerada extrema, essa medida será adotada somente em casos específicos, como o de testemunhas de assassinatos e outros crimes, pessoas sob ameaça ou quando a proteção for difícil de ser garantida.

Sigilo. Os detalhes da operação serão mantidos sob sigilo. Já está certo, porém, que nos próximos dias será desencadeada uma ação com duplo objetivo – proteção das vítimas e detenção dos responsáveis pelos assassinatos. Por enquanto, sabe-se apenas que a missão será formada por integrantes de vários ministérios e que contará com o aval das autoridades locais.

Os 30 nomes selecionados pelo governo constam de uma relação maior, apresentada ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) à ministra Maria do Rosário, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. O documento

original contém 1.855 nomes de pessoas que foram ameaçadas em conflitos agrários nos últimos dez anos, sendo que 42 já foram mortas e 207 receberam ameaças repetidas vezes. São necessários cerca de oito homens para fazer a escolta de cada pessoa ameaçada.

Ao analisar a lista, a ministra avisou que não haveria como oferecer escolta para todos, mas comprometeu-se a dedicar a atenção a um grupo: vítimas que conseguiram escapar de atentados graves nos últimos anos, consideradas pessoas que ainda vivem sob alto risco.

“Há responsabilidade por parte dos Estados, uma vez que não estamos tratando de intervenção federal. O que precisamos ter em mente é que cada morte registrada significa o enfraquecimento dessa luta pela terra”, disse Maria do Rosário.

O tempo necessário para definição de todas as estratégias não está definido. Mas Maria do Ro-

● Rapidez

MARIA DO ROSÁRIO
SECRETÁRIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

“Seria ilusório dizermos que vamos proteger todas essas pessoas. Precisamos analisar cada caso e identificar os mais urgentes. O tempo dos direitos humanos é o tempo da urgência”



sário indicou que tudo será feito de forma rápida: “O tempo dos direitos humanos é o tempo da urgência”, disse.

A lista da CPT, no entanto, não

é a única. Desde a semana passada, a Secretaria de Direitos Humanos começou a receber de entidades que trabalham no campo, sobretudo no Norte, com nomes de pessoas ameaçadas.

O apelo das entidades ao governo é uma clara reação ao clima de terror que se instalou na região após a morte dos líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua mulher, Maria do Espírito Santo da Silva e do camponês Adelino Ramos, executado em Rondônia. No Pará, o casal foi morto a tiros numa estrada em Nova Ipixuna. Segundo, um grupo interministerial foi formado para definir estratégias para conter a violência na região.

De acordo com a Secretaria, é a primeira vez que a pasta recebe oficialmente uma relação com nomes de pessoas ameaçadas. Como informações novas chegam a cada momento, a lista prioritária destacada ontem pelo grupo interministerial poderá sofrer alterações.

Senado aprova plebiscito sobre criação de Tapajós

● O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de decreto legislativo que prevê a convocação de um plebiscito para ouvir a população do Pará sobre a criação do Estado de Tapajós. A matéria seguirá à promulgação, cabendo à Justiça Eleitoral os procedimentos e a definição de data para a realização da consulta popular.

A proposta estabelece que o novo Estado resultará da separação de 27 municípios do sul e sudeste do Pará, entre eles a cidade de Santarém, futura capital no caso de efetivação da proposta. Os senadores aprovaram o substitutivo da Câmara, que incluiu dois novos municípios.

Federação lista 4 nomes marcados para morrer

◆ Ameaçados seriam os presidentes de sindicato de agricultores e de associação de assentados, além de dois vereadores

◆ **Carlos Mendes**
ESPECIAL PARA O ESTADO / BELÉM

Um sindicalista, um agricultor e dois vereadores de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, seriam os novos integrantes de uma lista de marcados para morrer na região, segundo denúncia feita ontem pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). A entidade afirma que madeireiros e fazendeiros disseminaram um “clima de terror” dentro do assentamento Praiaalta-Piranheira, onde na terça-feira da

semana passada foi morto a tiros o casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo. No sábado, o corpo do agricultor Erenilton Pereira dos Santos foi encontrado no mesmo assentamento.

A polícia, que investiga os homicídios e busca pistas sobre os responsáveis, mantém 20 homens na região. Por ordem do Ministério da Justiça, a Polícia Federal também atua no caso.

Segundo a Fetagri, os quatro ameaçados de morte seriam o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna, Eduardo Rodrigues da Silva; o presidente da Associação do Assentamento Praiaalta-Piranheira, Osmar Cruz Lima, além de dois vereadores do PT, João Batista Delmondes e Valdemir de Jesus Ferreira. Eles entraram

na relação por denunciarem grilagem de terras e extração ilegal de madeira. A polícia diz desconhecer as ameaças contra os quatro e garante que nenhum deles procurou a delegacia local para comunicar o fato.

O vereador João Batista nega fazer parte da lista, embora admita que durante um período de sua vida em que morou em Marabá sofreu “ameaças de morte”.

Segundo o coordenador da Fetagri, Francisco Solidade, a lista foi encaminhada aos órgãos policiais, mas “ninguém tomou providências”. Solidade acrescenta que outras lideranças da região também estariam recebendo avisos, recados e telefonemas anônimos para parar de denunciar crimes ambientais ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renová-



Investigação. Agentes fazem buscas em Nova Ipixuna

veis (Ibama).

“As famílias do assentamento estão apavoradas e nem dormem mais direito. Quando aparece alguém de carro ou motocicleta na comunidade, elas pensam logo que se trata de pistoleiros armados para matar”, disse Solidade. Por conta das ameaças, Eduardo Rodrigues foi aconselhado a sair por uns tempos do assentamento. Ele estaria protegido por amigos.

Devastação. Fiscais do Ibama e agentes da Polícia Federal, durante operação realizada no sábado no assentamento Praiaalta-Piranheira, comprovaram um cenário de devastação de espécies nobres de madeira, como angelim, ipê roxo, ipê amarelo e castanheira, árvore cujo corte é proibido por lei em razão de correr risco de extinção. Num sobrevoo de helicóptero, eles localizaram extensas áreas de floresta desma-

tadas para a retirada ilegal de madeira. A derrubada é feita por empresas madeireiras e também por assentados.

Os fiscais apreenderam dois tratores, destruíram dezenas de fornos de carvão e aplicaram multas elevadas cujos valores totais ainda estão sendo apurados.

O chefe da Divisão de Fiscalização do Ibama de Marabá, Uederson Ferreira, declarou terem sido identificados nas áreas devastadas 13 pontos de recolhimento de lenha e madeira, 14 áreas desmatadas e 120 fornos em atividade para a produção ilegal de carvão vegetal. O assentamento está localizado em uma área de 22 mil hectares, maior do que a cidade de Recife (PE).

Ferreira explicou que os assentados multados pelo Ibama serão denunciados aos Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e poderão ser excluídos do programa nacional de reforma agrária, perdendo os lotes de terra que hoje ocupam na região. Quanto às madeiras, elas serão denunciadas ao Ministério Público Federal (MPF) de Marabá.